



## **O ENSINO DE DIVERSIDADE ÉTNICA RACIAL SEM A MULHER NEGRA NA POLÍCIA MILITAR**

Roberta Santos de Almeida

Polícia Militar da Paraíba

Robertta\_santos22@hotmail.com

Francisco Diógenes Freire Ferreira

Complexo de Ensino Renato Saraiva

profdiogenesferreira@gmail.com

**RESUMO:** Este estudo de caso se propõe a mostrar a dificuldade de se inserir o estudo da mulher negra em um curso que se propõe falar sobre a diversidade étnica racial na formação de novos policiais militares na Paraíba. Falar da mulher em si acaba por se mostrar como uma barreira em um militarismo eminentemente machista, ao se deter sobre a mulher negra, o mito da igualdade racial parece tornar o estudo mais difícil. As dificuldades passam inclusive pelo próprio curso que reconhece o negro, mas não a mulher negra como objeto que merece ser estudado. A partir da experiência desta autora como militar a mais de dez anos de autores como Paulo Freire com sua pedagogia libertadora (2008), Ailton Edno Ribeiro (2009) e Roberto Kant de Lima (2003) que conhecem a educação militar e de Lilia Moritz Schwarcz (2012) que fala sobre o racismo no Brasil, foi possível desenvolver este relato de experiência. Na metodologia desse trabalho é explicado sobre a construção da aula para tratar da mulher negra, seguido pelos resultados dessa aula e de uma ampla discussão sobre os pontos tratados nesta aula e da realidade da mulher negra e do machismo presente na instituição policial militar que dificulta a visibilidade da mulher, encerrando com as considerações finais sobre o assunto tratado no trabalho.

Palavras-chave: Feminismo negro. Polícia militar. Educação militar. Mulheres policiais.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho parte da premissa de se realizar um relato de experiência com base no conhecimento do universo militar desta autora, que possui mais de dez anos de carreira na polícia militar da Paraíba e na iniciativa de ministrar uma aula no curso de formação de soldados, mais especificamente durante a realização da disciplina Diversidade

étnico racial, sobre a mulher negra, visto que este assunto não foi contemplado no material fornecido para ser utilizado como material para que os alunos pudessem acompanhar as aulas.

Falar sobre feminismo negro numa sala de aula formada por uma esmagadora maioria masculina torna-se importante no processo para fazer da Polícia Militar uma instituição



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

voltada para garantir direitos de todos, incluído as mulheres negras que são vítimas de violência doméstica e mães da maioria dos mortos por homicídios no Brasil. Trata-se também da oportunidade de, ao se tratar das diferenças existentes entre as mulheres negras e brancas na forma como a sociedade brasileira as enxerga, de se falar da mulher diante da realidade como uma instituição machista como a Polícia Militar a recebe e reconhece no espaço intra muros.

### METODOLOGIA

Ao ministrar aulas referentes a disciplina Diversidade Étnico-Sociocultural no Curso de Formação de Soldados (CFSD) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) no ano de 2015, para um grupo de aproximadamente 60 homens entre os quais apenas seis mulheres, uma realidade se mostrou incoerente. Logo foi possível perceber que o material didático que ser utilizado na disciplina após ser analisado atentamente a procura de algo direcionado as questões da mulher negra, não se debruçava sobre elas. Para espanto o material em especial continha referências a crianças, música, cabelo, entre outros. No entanto, nenhum capítulo privilegiava as questões referentes a mulher negra que foi apenas citada rapidamente em um ou outro capítulo como coadjuvante desnecessária em relação as questões do negro.

Diante dessa realidade e compreendendo a importância de falar sobre a mulher negra, foi preparado uma aula em que fosse possível ao menos trazer ao entendimento e discussão o racismo sofrido pela mulher de cor negra e parda:

“Em termos oficiais, atualmente, a população brasileira é classificada em cinco categorias de cor: Preta, parda, branca, amarela e indígena, entendendo-se a *população negra* como a somatória de *pretos* e *pardos*.”  
(Carneiro, p.23, grifo do autor)

Para preparar esta aula foi necessário lembrar a existência do machismo que limita a entrada de mulheres na instituições militares e as trata de forma diferenciada, bem como da sociedade de forma geral que enxerga a mulher negra a partir de vários estereótipos que conduzem a diferentes manifestações de racismo contra a mulher negra.

Preparada a aula, utilizando-se de recursos como a música de crítica social como ferramenta para falar da mulher negra, está se iniciou e foi seguida por rápido conteúdo exposto. O conteúdo foi ministrado entre uma aula e outra programada pela sistemática da ementa presente no material didático que

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



deveria ser integralmente abordado, conforme determinação da coordenação do curso. Após exibição de conteúdo, foi iniciado o diálogo em sala de aula e a discussão sobre essa realidade ocorreu de forma que os alunos pudessem se manifestar livremente sobre os fatos mencionados.

## **RESULTADOS**

Ao iniciar a aula interessante foi observar o constrangimento de uma sala composta por aproximadamente 60 alunos na qual a avassaladora maioria era de homens constituindo menos de 10% do total de mulheres em que ainda um quantitativo menor se identificava como sendo negras. Os alunos se entreolhavam e alguns de forma um tanto tímida, questionavam colocavam a sua incompreensão por estarmos discutindo o racismo sofrido pela mulher negra, visto que na concepção de uma considerável porcentagem dos alunos homens não existiria diferença entre O racismo do homem e o racismo da mulher negros. Na sua concepção homens e mulheres sofreriam as mesmas formas de racismo sem diferenças subjetivas e demais realidades sociais.

Manter um espaço de discussão sobre o racismo em si, foi uma tarefa árdua na sala de aula, pois a grande maioria mantinha os conceitos relativos a meritocracia presentes em sua interpretação de mundo e não

consideravam o racismo como um fato atual e sim como algo veiculado apenas a escravidão. No entanto, a aula pode se conduzir e deixar a reflexão para os alunos que era o objetivo da aula. Apesar da incredulidade de alguns sobre alguns fatos mencionados sobre o racismo da mulher negra no espaço de saúde pública e sobre o estereótipo da mulher negra.

## **DISCUSSÃO**

Tal realidade de invisibilidade da mulher negra em uma disciplina voltada para tratar da questões de raça que envolve a comunidade negra no Brasil, além de um visível desconforto causa a impressão que o material, ou seja, a disciplina a ser ministrada, enfatizava apenas o homem negro e a violência que este sofre. Tratar a mulher em um contexto universal onde homem e mulher são tratados pelo símbolo linguístico de homem deslegitima a subjetividade da mulher negra. Esta é vítima de formas de opressão que são diferentes inclusive de outras mulheres de tez branca. Negar a mulher negra o protagonismo necessário na formação daqueles cuja responsabilidade é garantir os direitos desta e coibir formas de violência que possam atingi-la é uma grande lacuna numa evidente realidade de invisibilidade e de subalternização da mulher negra e de seus conflitos sociais no processo educativo da formação desses futuros profissionais de segurança pública.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A informação pela coordenação, da necessidade de trabalhar maciçamente e integralmente tal material visando que os alunos fossem preparados para a realização de uma prova ao final da disciplina. Causou desapontamento ao observar o processo educativo sendo focado no processo avaliativo, sem preocupação com os processos racionais que são tão importantes para a formação.

Neste momento, foi lembrado de Paulo Freire(2008) e sua pedagogia voltada para desenvolver os processos criativos e racionais dos alunos. Ficou claro a partir destes nuances que o processo pedagógico estabelecido naquele momento ainda era o da tábula rasa defendida por John Locke (1999) aplicado aqui no universo de formação Policial Militar. Este pensamento concretizava no espaço de formação a ideia em que o aluno seria um vazio que nada trouxesse para o espaço educacional. Tal pensamento foi ainda redimensionado pelo grande Paulo Freire (2008) na medida que este aprofundou esta ideia relativizando a educação vigente a sua época como sendo uma “educação bancária”, onde o professor apenas depositava conteúdos na mente do aluno sem que este pudesse refletir sobre as aulas, em um processo repetitivo voltado para uma padronização do conteúdo aprendido. Favorecendo então apenas o depósito de ideias prontas, sem

desenvolver a capacidade de raciocinar sobre as ideias transmitidas juntamente com seus conhecimentos pré - existentes.

Airton Edno Ribeiro (2009) relata em sua pesquisa, sobre a relação entre o policial militar e o negro na abordagem policial, que havia preferência para que o negro fosse o escolhido nas abordagens policiais. Este ressalta ainda que os policiais ao tentarem justificar a sua preferência quando da abordagem, declaram ser o “tirocínio” quem decide a quem abordar, em um procedimento padronizado.

O chamado “tirocínio” torna claro a noção de que ideias e preconceitos anteriores até mesmo à formação podem influenciar nas escolhas dos profissionais de segurança. Podemos aqui aplicar a máxima defendida por Roberto Kant de Lima (2003), que defende ser a grande diferença entre o profissional de segurança pública e o indivíduo responsáveis por crimes, o treinamento profissional oferecido pelo Estado ao primeiro. A falta de uma educação adequada voltada para aprimorar o pensamento crítico do policial, ensinando-o a pensar, facilita para que os mesmos mantenham e até sedimentem seus estereótipos aprendidos socialmente.

Quanto à padronização cabe uma intervenção importante, pois o procedimento é padronizado porque assim foi ensinado. Esta





padronização compõe a forma militar de ensino, a qual Roberto Kant de Lima (2003) classifica como característico do ensino militar que é centrado numa concepção de formação que se distancia do que seria uma aula voltada para a reflexão. Ocorre então um cenário de repetições mecânicas, semelhantes às descritas por Airton Edno Ribeiro (2009) no ensino da abordagem policial em São Paulo, fato que se manifesta na maioria das escolas militares e apenas incentiva a manutenção da imagem do negro como bandido.

Neste contexto em que a formação militar existente deveria ter por objetivo formar os policiais militares dentro das noções de Direitos Humanos para os Direitos Humanos e assim procura garantir a integridade dos direitos dos membros da sociedade. O aluno não é preparado satisfatoriamente para compreender contextos importantes para a formação do profissional de segurança pública, como a relação social em que o racismo e o sexíssimo atingem a mulher negra e parda de forma cruel no dia a dia não mencionada como elemento a ser trabalhado em sala de aula numa disciplina tida como voltada para a diversidade étnico racial do negro.

O mito da democracia racial (FREYRE, 2003; SCHWARCZ, 2012) muito comum no Brasil atual, cuja a ideia central se

constrói sobre a noção de que negros e brancos juntamente com os índios são todos elementos que compõe o brasileiro, que é a mistura dessas raças e que portanto indivíduos que apresentam características mais visíveis de um grupo ou outro recebem o mesmo tratamento e tem acesso aos mesmos direitos, se mostrava presente nas afirmações da grande maioria. Com frases como: “o próprio negro é que é racista, todos tem oportunidades basta correr atrás.” “Hoje a presença da mulata no carnaval é algo naturalizado, então não existe nada de de mais em usar a mulher negra na vinheta da globo durante o carnaval.” “Não acredito que mulheres negras recebam menos anestesia que mulheres negras, os médicos jamais fariam isso”. “Essa coisa de racismo foi algo que aconteceu nos Estados Unidos no período da luta pelos direitos civis, não existe no Brasil.”

Falar de mulheres numa sala cujos indivíduos são conduzidos a ampliar suas concepções machistas, onde a dominação masculina (BIROLI e MIGUEL, 2014) se mantém forte mostra outro lado sobre a dificuldade em se tratar o tema. A polícia militar ainda é uma instituição machista de origem atrelada ao exército (FRANÇA, 2015) que mesmo em relação as mulheres que os compõe, as enxerga como inferiores.

Atualmente a construção social dentro de uma estrutura castrense enxerga a mulher



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

como indefesa, frágil e incapaz de realizar trabalhos tidos como operacionais. Na visão machista do homem a mulher deve ser mãe e esposa (BIROLI e MIGUEL, 2014).

Com as lutas feministas realizadas no transcurso desses últimos séculos estas adquiriram o direito de exercer atividades profissionais. Inclusive atividades tipicamente masculinas como a Polícia Militar. Sendo colocadas, no entanto, preferencialmente para a realização de atividades meio que por sua vez são ligadas a burocracia institucional e não nas atividades fim, que correspondem a atividades na rua. Dessa forma em muitas instituições militares a entrada da mulher ainda é vista como uma forma de humanização, para que a sociedade possa construir uma visão mais humanizada da instituição (CAPPELLE e MELO, 2010).

Dentro dessa premissa da mulher como elemento de humanização na instituição militar, a mulher acaba ideologicamente assumindo unicamente o papel de objeto de decoração na instituição. Não existindo portanto uma real integração da mulher dentro da instituição entre homens e mulheres, com as relações de poder ainda forte e presente.

A ideia de que as mulheres sejam naturalmente frágeis contribui para este o pensamento retrógrado e machista que mulheres não podem assumir funções na

Polícia Militar (BIROLI e MIGUEL, 2014). Dentro da ideologia de violência e virilidade que perpetua-se no universo ainda tão masculino que é fortemente marcado na realidade das instituições militares, a presença das mulheres acaba se impondo então como uma necessidade para satisfazer as atenções do que os machistas poderiam definir como algumas criaturas que se dizem feministas, mas que deveriam lavar as roupas de seus maridos e cuidar de suas respectivas casas.

As feministas lutaram para que a mulher pudessem fazer parte do mercado de trabalho sem as barreiras da divisão sexual do trabalho. (BIROLI e MIGUEL, 2014) Usar argumentos como humanização da instituição policial militar soam como uma desculpa da instituição para não admitir que sede as lutas feministas, bem como para manter o status superior do homem dentro do universo castrense.

Dentro da imagem da mulher veiculada ideologicamente unicamente como objeto de decoração. As que resolvem assumir funções relativas ao serviço fim são obrigadas a se transvestirem, para tentarem serem respeitadas e valorizadas, de aspetos relativos aos atributos tidos como pertencentes ao universo masculino, quais seja força, violência, brutalidade e truculência. Estes estereótipos tidos como tipicamente masculino por outro lado também conduzem a

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

outra forma de preconceito na medida que estas mulheres são tidas pelos mais machistas como aquelas que tentam ser o que eles poderiam chamar de machos, conduzindo neste momento a outra forma de violência quando a sexualidade da mulher passa a ser questionada.

Dentro das instituições militares acaba por existir violências de gênero principalmente em caráter simbólico contra a mulher. Que se mostram através de: perseguições por meio de telefone, intermináveis mensagens e flores insistentes de policiais homens a mulheres independente de graduações ou postos, em busca de favores sexuais mesmo quando estas recusam as investidas iniciais. Do não respeito a intimidade das mulheres que muitas vezes se tornam objeto da lascívia masculina que as espionam trocando de roupa com a conivência de superiores de autos postos. De cantadas chulas e desrespeitosas no ambiente de trabalho de policiais homens. De mulheres que passam a ser perseguidas por superiores por acreditarem que existe práticas lesbianas entre estas policiais mulheres. Na forma como muitas vezes as policiais são tratadas pela alcunha de policiais fens, como se serem mulheres as fizessem inferiores a eles os homens. Ao serem preteridas durante o serviço por homens pelos comandantes de serviço seja ele a pé ou de carro.

Dentro dessa estrutura o ser mulher negra torna – se como mostra estes fatos como um ser ainda mais inferior, pois além de ser mulher é negra. De forma que torna-se invisibilizada. Logo as diferenças em relação as mulheres brancas são relegadas do conhecimento e interesse dos varões militares. Que ostentam força e virilidade por onde passam.

Tal ponto nos traz a outro questionamento que podemos tratar neste trabalho, a saber: as diferenças e semelhanças entre as mulheres negras e brancas na luta por reconhecimento, visibilidade e direitos. Bem como, por que motivos seria portanto tão importante garantir o protagonismo das mulheres negras numa sala de aula formada por uma maioria de homens, mas também de mulheres que deverão se formar a fim de garantir e resguardar direitos de outras mulheres. Além do fato desses policiais trabalharem diariamente e ao lado com mulheres negras.

Esta introdução nos permite ainda uma análise interessante dentro do contexto restrito a educação para os direitos humanos. Normalmente os direitos humanos são ensinados numa lógica em que os alunos devem aprender e reconhecer seus próprios direitos a fim de termos a garantia de um estado democrático e social justo. Em relação a formação de policiais militares podemos

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)





## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

observar que essa lógica sofre uma pequena ruptura em que os alunos são na verdade não apenas indivíduos a fim de reconhecer seus direitos como cidadãos, mas como protagonistas para garantir o direitos daqueles que não possuem voz e sofrem diferentes opressões sociais.

Tal conjecturarão considera não a realidade fática de violência e descrédito com inúmeras instituições de segurança pública pelo país, mas o serviço que de fato estes deveriam garantir para a sociedade.

Dentro deste contexto podemos iniciar sobre as diferenças entre os feminismos negro e branco. É fato notório que o feminismo surgiu no século XIX e em meio a sua efervescência surge como movimento que se diz em defesa de todas as mulheres, mas que luta diretamente pelos direitos da mulheres de tez alva.

Na leitura de Lelia Gonzales (1984) podemos constatar uma construção social ao longo do tempo da mulher negra como mulata, doméstica e da mãe preta. Cada uma dessas conjecturas guarda em si um significado especial. Inicialmente é importante refletir que mesmo a condição de domestica possui uma representatividade diferenciada para mulher negra. Rosália de Oliveira Lemos (2006, p.64) nos apresenta uma realidade em que “enquanto as feministas

brancas ‘foram a luta’ para entrar no mercado de trabalho, há mais de 500anos se explorava a mão de obra das mulheres negras. Por isto elas exigiam direitos trabalhistas e não o direito de trabalhar”. No Brasil, as mucamas do período escravista serviram tanto para definir o estereótipo de mulata como o de empregada. Na medida que a mucama ao trabalhar na casa grande era também violentada pelos homens que faziam parte da casa grande. Lelia Gonzales (1984) a suposta sensualidade da mulher negra que interpretada pela lógica do período escravagista conduz a tradução de violência e estupro favorecia, o uso da cantiga de crioula, que era uma roupa usada por uma negra, fizesse com que o homem branco que não conseguia consumir o casamento, após sentir o cheiro de uma negra fosse capaz de mostrar toda sua volúpia para sua esposa e assim garantir a validade do casamento.

Hoje essa suposta sensualidade é exaltada no carnaval, porém quando a mulher negra retira a fantasia, volta a ter o estereótipo de empregada. Sendo obrigada a subir pelo elevador de serviço sobre ordens do sindicato que se deleitava com a negra sambando. Tal realidade segundo Lélia Gonzaga (1984) se mostra viva independente da roupa ou da classe social que a mulher negra se encontre.

No caso da mãe preta, Lelia Gonzales (1984), esta nasce do ato da ama de leite que

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)





## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

cuidava do filho da mulher branca jovem e frágil (FREYRE, 2003) que normalmente morriam em algum parto ou logo após algum deles. Assumindo esta negra os cuidados da criança e da família.

Mulheres negras e brancas possuem uma luta contra a dominação masculina em ambos os feminismos, porém a construção das causas que norteiam suas lutas e as próprias lutas por vezes se mostram próximas e em outras opostas. Por exemplo, para alguns movimentos feministas existe uma luta contra a necessidade que a mulher tem de se tornar uma espécie de escrava da beleza, se submetendo até mesmo a dores e desconforto em nome disso. Para a mulher negra afirma sua beleza é lutar contra a sociedade que a vê como feia e suja. A cantiga de crioula passou a ser o próprio cc da mulher negra, mostrando a construção de uma imagem vinculada aos cheiros do corpo humano menos relevantes e meritórios. A mulher negra vive uma indústria da moda que a relega suas necessidades de cosméticos. Que enxerga seu cabelo e seus apetrechos como vinculados a sujeira e a pobreza. Fatos que desencadeiam uma luta para que sejam vistas como mulheres bonitas. Não havendo sobre este aspecto nenhuma aproximação com a imagem da mulata que ao invés da beleza exalta sensualidade.

Por sua vez em relação a importância de se conhecer os elementos que perpassam pela

mulher negra no universo da Polícia Militar, perpassa pela altos índices de morte de mulheres negras em relação as mulheres brancas. O mapa da violência(2015) explica que a taxa de homicídio contra a mulher negra entre os anos de 2003-2013 cresceu 54% e a violência contra a mulher tida como branca caiu em 9,8% nesse mesmo período. Os jovens negros que estrondosamente morrem no Brasil conforme o mapa da violência (2014), deixam mães e irmãs para trás que lutam e a cada se organizam em busca de justiça para seus filhos. São as mulheres negras que menos recebem anestesia na hora do parto, embora o sistema de saúde a pague (LEAL, DA GAMA e CUNHA; 2005). Sofrendo portanto muitos reveses no sistema único de Saúde no Brasil. São vítimas de violência doméstica e de estupro. São sujeitos de direito que precisam do estado na figura dos elementos da polícia para garantir sua segurança e atendimento diante de qualquer gravidade que infrinja a lei e que as coloquem como vítimas ou como pessoas próximas ao fato as vítimas.

### CONCLUSÃO

Cabe a polícia militar tratar a todos homens e mulheres, negros e brancos respeitando a sua história e dignidade humana no exercício do seu trabalho para garantir a segurança pública de todos (as).

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Neste processo a formação técnica seja para os futuros que proficionais que adentram a instituição ou para renovar o conhecimento daqueles que fazem partes da instituição é de caráter importantíssimo para que a Policia se torne mais humanizada e coerente no tratamento com todas inclusive com a mulher negra.

Não é possível falar sobre os elementos da cultura negra e não citar a própria mulher negra. Tal realidade adoça a verdade do obscurantismo da mulher dentro das unidades militares presas aos elementos machistas que as configuram.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves;  
MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes.  
Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de minas gerais. *ram, rev. adm. mackenzie*, v. 11, n. 3, são paulo, sp. mai./jun. 2010. p. 71-9.

LOCKE, John.. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia.  
**FEMINISMO E POLITICA: UMA INTRODUÇÃO**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FRANÇA, Fabio. **Continência humanizada: Socialização e relação de poder na formação da Polícia Militar**. Paraíba: Novas edições acadêmicas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: editora global, 2003.

KANT DE LIMA, Roberto. “Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão”. **In: Revista Brasileira de Ciências Criminais**, nº 41. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, jan-mar, p. 241-256.

LEAL, Maria do Carmo; DA GAMA, Silvana Granado Nogueira; CUNHA, Cynthia Braga da. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. **Rev. Saúde Pública**. vol.39 no.1 São Paulo Jan. 2005.

RIBEIRO, Airton Edno. **A relação da Polícia Militar paulista com a comunidade negra e**

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

**o respeito à dignidade humana:** a questão da abordagem policial. 2009. 127 f.

Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2014:** os jovens do Brasil. Rio de

Janeiro; Brasília: Flacso; SGPR; SNJ; Seppir/PR, 2014.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídio de mulheres. Rio de Janeiro; Brasília: Flacso; SGPR; SNJ; Seppir/PR, 2015.

